



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Edital n. 212/2012

O Desembargador Sérgio Paladino, Presidente da Comissão de Concurso para Ingresso na carreira da magistratura do Estado de Santa Catarina, torna público, nos termos do artigo 68 do Edital n. 408/2010, os pontos para a prova oral, a saber:

PONTO 1

DIREITO CIVIL

Obrigações. Modalidades de obrigações. Das obrigações de dar coisa certa e incerta. Das obrigações de fazer. Das obrigações de não fazer. Das obrigações alternativas. Das obrigações divisíveis e indivisíveis. Das obrigações solidárias. Da transmissão das obrigações. Da cessão de crédito. Da assunção de dívida. Da cessão de contrato. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do pagamento. Do pagamento em consignação. Do pagamento com sub-rogação. Da imputação do pagamento. Da dação em pagamento. Da novação. Da compensação. Da confusão. Da remissão das dívidas. Do inadimplemento das obrigações. Da mora. Das perdas e danos. Dos juros legais. Da cláusula penal. Das arras ou sinal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Da jurisdição e da ação. Condições e pressupostos. Das partes e procuradores. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Da aplicação da lei penal. Dos crimes contra a pessoa. Das armas de fogo (Leis n. 10.826/2003 e 11.706/2008). Dos crimes resultantes do preconceito de raça e de cor (Lei n. 7.716/1989). Da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Aplicação da lei processual no tempo. Direito Processual Penal no Brasil, objeto e evolução. Da interpretação da lei penal. Dos princípios constitucionais em matéria processual penal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

O poder constituinte. Conceito e Classificação. O poder constituinte originário. Derivado e decorrente. As leis orgânicas municipais. Considerações gerais. As Constituições: conceito e classificação, princípios de hermenêutica constitucional. A norma constitucional: elementos de interpretação e integração. Aplicabilidade das normas constitucionais. O direito adquirido em face da Constituição.

DIREITO EMPRESARIAL

Direito de Empresa. Parte Geral. Teoria da Empresa e a Teoria dos Atos de Comércio. O



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

empresário comercial. A capacidade para ser empresário. Das obrigações do empresário. Do registro e do nome empresarial. Do empresário individual, do pequeno empresário, da microempresa.

DIREITO ELEITORAL

Sistema Político brasileiro. Princípio democrático. Sistemas Eleitorais: espécies e características. Direitos políticos ativos e passivos. Teoria e princípios atinentes ao voto (universal, secreto, livre).

DIREITO AMBIENTAL

Princípios de Direito Ambiental: Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da responsabilização.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Do direito administrativo. Princípios e fontes do direito administrativo. Da administração pública e suas acepções técnico-jurídicas. Princípios que regem a administração pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributos. Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Os Preços Públicos. Espécies de Tributos. Tributos diretos e indiretos. A parafiscalidade. Normas gerais de Direito Tributário. Legislação tributária. Normas complementares. Vigência, eficácia e interpretação das normas tributárias.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutrina da Proteção Integral, Princípio da prioridade absoluta, Princípio do melhor interesse para a criança e adolescente. Direitos Fundamentais da criança e do adolescente (Do direito à Vida e à Saúde, Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte ao Lazer e Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho).

DIREITO DO CONSUMIDOR

Natureza e fonte de suas regras. A relação de consumo e suas características. Integrantes e objeto da relação de consumo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Introdução à sociologia da administração judiciária.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Conceito e campo de aplicação da Psicologia Jurídica.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.

FILOSOFIA DO DIREITO

O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Direito objetivo e direito subjetivo.

PONTO 2

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução. Elaboração e redação de leis (Lei Complementar n. 95/1998). Da responsabilidade civil. Da obrigação de indenizar. Da indenização. Responsabilidade civil do estado. Dano extrapatrimonial. Direitos autorais (Lei n. 9.610/1998). Ação civil pública (Lei n. 7.347/1985). Disposições Finais e Transitórias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Dos órgãos judiciários. Da competência e do Juiz. Do Ministério Público. Dos atos processuais. Forma, tempo e lugar.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Do crime. Da classificação dos crimes. Da conduta e do resultado. Da tentativa e da consumação. Da desistência voluntária e do arrependimento eficaz. Do arrependimento posterior. Do crime impossível. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a ordem tributária, a ordem econômica e as relações de consumo (Lei n. 8.137/1990).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da jurisdição penal: aspectos gerais. Regras da competência. Desaforamento. Das questões prejudiciais: conceito, classificação e procedimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

O Processo legislativo. Normas que o integram. Técnicas legislativas e hierarquia. O controle da constitucionalidade das leis e dos atos administrativos: formas de controle. O controle político e jurisdicional. O controle prévio e posterior. Abstrato e concreto. Considerações gerais. As teorias da revogação. Recepção, reprivatização e desconstitucionalização das normas constitucionais.

DIREITO EMPRESARIAL

Da empresa. A administração e os bens que compõem a empresa. O estabelecimento comercial. Os prepostos e a escrituração da empresa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO ELEITORAL

Convenções partidárias. Registro de candidatura. Controle de contas de campanha. Ilícitudes na arrecadação e gastos de campanha. Captação ilícita de sufrágio.

DIREITO AMBIENTAL

Princípios de Direito Ambiental: Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da participação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Órgãos e aparelhos da administração pública. A hierarquia administrativa. Os agentes públicos. O poder regulamentar. Do poder de polícia: limites e extensão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

O Sistema Tributário Nacional. Princípios. Competências. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Distribuição da receita tributária.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Da Prevenção. Da Política de Atendimento. Das Medidas de Proteção. Da Prática do Ato Infracional (Dos Direitos Individuais, Das Garantias Processuais, Das Medidas Socioeducativas).

DIREITO DO CONSUMIDOR

Objetivos e princípios da política nacional das relações de consumo. Os direitos básicos do consumidor. Interpretação das regras de consumo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia).

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

A psicologia do juiz.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Direitos e deveres funcionais da magistratura.

FILOSOFIA DO DIREITO

O conceito de Justiça. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Fontes do Direito objetivo. Jurisprudência. Súmula vinculante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

PONTO 3

DIREITO CIVIL

Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Da representação. Da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio jurídico. Da invalidade do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Prescrição. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas. Prazos. Da decadência. Da prova. Dos contratos em geral. Disposições gerais. Da formação dos contratos. Da estipulação em favor de terceiro. Da promessa de fato de terceiro. Dos vícios redibitórios. Da evicção. Dos contratos aleatórios. Do contrato preliminar. Do contrato com pessoa a declarar. Da extinção dos contratos. Do distrato e da resilição. Da cláusula resolutiva. Da exceção do contrato não cumprido. Da resolução por onerosidade excessiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Da comunicação dos atos. Cartas, citações e intimações. Nulidades processuais. Da formação, suspensão e extinção do processo. Juizados especiais cíveis (Lei n. 9.099/1995) e legislação subsequente.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Do crime doloso e culposo. Do erro sobre a pessoa. Do erro sobre a ilicitude do fato. Das excludentes de ilicitude. Do excesso punível. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688/1941).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Das exceções: suspeição, incompatibilidade, impedimento, litispendência, ilegitimidade de parte, coisa julgada e preclusão. Do incidente de falsidade: conceito de falsidade, finalidade e procedimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

As Ações Constitucionais: a ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, a declaração progressiva, a declaração incidental de inconstitucionalidade e a função do Senado, a reserva de plenário. Legitimidade e pertinência temática nas ADIS. As cautelares e a questão política e os efeitos das decisões nas ADIS. Lei n. 9.868/1999. A inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção. A representação de inconstitucionalidade interventiva: considerações, eficácia e cabimento. Arguição de descumprimento preceito fundamental. Objeto e princípio da subsidiariedade. Sua competência e legitimação.

DIREITO EMPRESARIAL

Do Direito Societário. Das várias espécies de sociedades. Sociedades personificadas e não personificadas. Sociedade regular e sociedade irregular. Sociedade empresária e



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

sociedade simples. Das relações entre os sócios. Da administração das sociedades. Da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade. Da fusão, incorporação, cisão e transformação das sociedades.

DIREITO ELEITORAL

Teoria das inelegibilidades. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade. Espécies de inelegibilidades. Desincompatibilização.

DIREITO AMBIENTAL

Tutela constitucional do meio ambiente. Distribuição constitucional de competências. Deveres específicos do Poder Público (CF/1988, art. 225).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Das pessoas jurídicas estatais. Classificação das pessoas jurídicas no Direito Brasileiro. Das fundações e das sociedades de economia mista. Das autarquias e das empresas públicas. O estabelecimento público.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Obrigação tributária. Conceito, elementos, espécies. Hipótese de incidência tributária e fato gerador. Elementos da obrigação tributária. Responsabilidade tributária: solidariedade, capacidade, sucessão, responsabilidade de terceiros e por infrações.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Das medidas pertinentes aos pais ou responsável por inobservância nos que lhes toca aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da qualidade que os produtos e serviços devem ter. Da responsabilidade dos agentes que figuram nas relações de consumo. Espécies de responsabilidade previstas na lei de consumo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Gestão. Gestão de pessoas.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Código de Ética da Magistratura Nacional.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

FILOSOFIA DO DIREITO

O conceito de Direito. Equidade.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Princípios gerais de Direito.

PONTO 4

DIREITO CIVIL

Das várias espécies de contrato. Da compra e venda: disposições gerais e cláusulas especiais. Da troca ou permuta. Do contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Empréstimo: comodato e mútuo. Da prestação de serviços. Da empreitada. Do depósito: voluntário e necessário. Do mandato. Da comissão. Da agência e distribuição. Da corretagem. Do transporte: de coisas e de pessoas. Seguro: de dano e de pessoas. Da constituição de renda. Do jogo e da aposta. Da fiança: efeitos e extinção. Da transação. Do compromisso e arbitragem (Lei n. 9.307/1996). Inquilinato (Lei n. 8.245/1991).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo e procedimento. Procedimento ordinário e sumário. Antecipação de tutela.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra a família. Dos crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997 e Lei n. 11.705/2008).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Dos incidentes processuais. Da insanidade mental do acusado: cabimento e procedimento. Das medidas assecuratórias: sequestro, arresto e depósito de bens. Do inquérito policial: natureza jurídica, procedimento e controle jurisdicional. Polícia Judiciária.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Os direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal. Análise do artigo 5º. Os direitos individuais, coletivos, difusos e homogêneos. Conceito e distinção. Os instrumentos tendentes a sua efetivação: os *writs* constitucionais. Mandado de segurança individual e coletivo e o mandado de injunção. O *habeas corpus*, *habeas data*, ação popular e ação civil pública na Constituição. Os direitos sociais na Constituição: os direitos dos trabalhadores. Associação sindical, suas prerrogativas e poder de representação. O direito de greve. A nacionalidade e cidadania: conceito, aquisição e perda, a isonomia entre brasileiros natos e naturalizados. O português e o cidadão de língua portuguesa perante a Constituição Brasileira. A reciprocidade e equiparação de direitos com os brasileiros natos e naturalizados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO EMPRESARIAL

Da sociedade limitada e da sociedade por ações. Da constituição do capital social. Do aumento e da redução do capital. Aspectos jurídicos ligados a cada tipo de sociedade. Das sociedades cooperativas. Das sociedades coligadas. Das sociedades dependentes de autorização. Sociedades Nacionais e estrangeiras. Da sucessão hereditária e as sociedades. Efeitos da falência nos negócios da sociedade. Ex-sócio e falência.

DIREITO ELEITORAL

Direito partidário. Natureza jurídica dos partidos. Autonomia partidária. Obrigações e direitos dos partidos. Filiação partidária. Coligações. Fidelidade partidária.

DIREITO AMBIENTAL

Tutela constitucional do meio ambiente. Proteção do meio ambiente como princípio da ordem econômica. Equidade intergeracional (direito das gerações futuras ao meio ambiente). Meio ambiente agrário (CF/1988, art. 186).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Dos serviços públicos. Conceito e classificação. Serviço público e serviço administrativo. Concessão, autorização, delegação e terceirização de serviços públicos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

O crédito tributário. Conceito. A constituição do crédito. O lançamento: lançamento, espécies, revisão e caducidade. Crédito Tributário: prerrogativas, suspensão, extinção e exclusão. Decadência e prescrição. O pagamento indevido e a restituição do indébito.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dos Procedimentos. Disposições gerais. Da perda e da suspensão do poder familiar. Da destituição da tutela. Da colocação em família substituta. Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente. Da apuração de irregularidades em entidade de atendimento. Da apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. Da habilitação aos pretendentes à adoção.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da prescrição e da decadência nas ações atinentes a matéria de consumo. Da desconsideração da personalidade jurídica das empresas.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Relações sociais e relações jurídicas.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

FILOSOFIA DO DIREITO

Direito e Moral.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.

PONTO 5

DIREITO CIVIL

Das pessoas naturais. Personalidade e Capacidade. Dos Direitos da Personalidade. Ausência. Da Curadoria dos Bens do Ausente. Sucessão provisória e definitiva. Das pessoas jurídicas. Associações e Fundações. Do domicílio. Do direito pessoal. Do casamento. Da celebração do casamento. Das provas do casamento. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Divórcio e separação judicial (Lei n. 6.515/1977). Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Investigação de paternidade (Lei n. 8.560/1992) Da adoção. Do poder familiar: exercício, suspensão e extinção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Julgamento conforme o estado do processo. Das provas. Da audiência preliminar e de instrução e julgamento.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Do concurso de crimes. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes de imprensa (Lei n. 5.250/1967). Das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei n. 9.605/1998 e alterações) Dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei n. 201/1967).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da ação penal pública: conceito e modalidades. Da ação penal privada: conceito e modalidades. Renúncia, perdão e prescrição. Da ação civil derivada de crime. Da sentença e da coisa julgada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

O Federalismo brasileiro: considerações gerais e sistema de repartição de competências: sistema horizontal e vertical, a competência exclusiva, comum, concorrente e supletiva. A soberania da União Federal e a autonomia dos Estados,



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Distrito Federal e Municípios. A intervenção federal nos Estados e Municípios e a intervenção dos Estados nos Municípios. Princípios, limites e controles. O interventor e a intervenção sem interventor. O Estado de defesa e de sítio: paralelismo e controles políticos e jurisdicionais. Artigo 139 da Constituição Federal.

DIREITO EMPRESARIAL

Da Proteção da Propriedade Industrial. Noções gerais. Espécies e características. Aquisição e perda. Proteção do titular e do consumidor. Usurpação. Concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade. Concessão de registro de desenho industrial. Concessão de registro de marca. Repressão de falsas indicações geográficas. Repressão à concorrência desleal.

DIREITO ELEITORAL

Alistamento eleitoral. Domicílio eleitoral: conceito. Transferência de domicílio. Garantias eleitorais e atos preparatórios.

DIREITO AMBIENTAL

Tutela processual do meio ambiente. Inquérito civil. Ação civil pública. Termo de ajustamento de conduta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Da responsabilidade da administração pública. Da ação regressiva e da responsabilidade civil, penal e administrativa dos servidores públicos. Do controle administrativo dos atos da administração pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Impostos Federais. Considerações gerais e espécies. IR, IPI e ITR – Considerações gerais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dos Recursos.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Das práticas comerciais. Da oferta e da publicidade. As práticas abusivas e seus efeitos.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Controle social e o Direito.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL
Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.

FILOSOFIA DO DIREITO
A interpretação do Direito.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA
O conceito de Política. Política e Direito.

PONTO 6

DIREITO CIVIL

Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do pacto antenupcial. Do regime de comunhão parcial. Do regime de comunhão universal. Do regime de participação final dos aquestos. Do regime de separação de bens. Do usufruto e administração dos bens de filhos menores. Do bem de família. Dos alimentos (Código Civil e Lei n. 5.478/1968). Direito dos companheiros (Lei n. 8.971/1994). União estável. Da tutela e da curatela.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Da sentença e da coisa julgada. Mandado de segurança e legislação subsequente. Arbitragem, negociação, mediação e conciliação.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990). Dos crimes de abuso de autoridade (Lei n. 4.898/1965).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Dos sujeitos processuais. Do Juiz: competência, poderes, deveres e prerrogativas. Das partes: Ministério Público, Acusado, Defensor e Assistente de Acusação. Dos órgãos auxiliares: funcionários, peritos, intérpretes e outros. Das citações e intimações: distinção, formalidades e efeitos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Os poderes na Constituição Brasileira: a separação dos poderes. Princípios, conceito, autonomia e competência. O Poder Executivo da União, dos Estados (inclusive de Santa Catarina) e dos Municípios: funções, estrutura e responsabilidades dos Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais. Funções prerrogativas e foros de jurisdição. O Poder Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios (inclusive de Santa Catarina): estrutura, funções, prerrogativas, responsabilidades, imunidades e foros. O Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais (inclusive de Santa Catarina) e as



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Câmaras Municipais: composição, competências e mandatos eletivos: conceitos, aquisição e perda. A fiscalização contábil, orçamentária, financeira e os Tribunais de Conta dos Estados: funções, estrutura, garantia e competência.

DIREITO EMPRESARIAL

Do Direito Autoral e da Proteção *Sui Generis*. Proteção da propriedade intelectual de programa de computador. Proteção de circuitos integrados. Registro de nomes de domínio.

DIREITO ELEITORAL

Estrutura e composição da Justiça Eleitoral. Magistratura e Ministério Público Eleitoral. Considerações gerais. Competência da Justiça Eleitoral.

DIREITO AMBIENTAL

Tutela processual do meio ambiente. Ação popular. Inquérito penal. Ação penal pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

O contencioso administrativo. O processo administrativo. Princípios que regem o processo administrativo. Os recursos no processo administrativo. Os atos de improbidade administrativa e a ação por ato de improbidade. O direito de petição e certidão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Impostos Estaduais. ICMS (Lei Complementar n. 87/1996). A substituição tributária. ITCMD.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Do Acesso à Justiça e Da atuação do Juiz da Infância e da Juventude.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da cobrança de dívidas e dos Bancos de Dados e Cadastros. Consequências e responsabilidades impostas àqueles que promovem tais atividades.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Transformações sociais e o Direito.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Administração judicial.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

FILOSOFIA DO DIREITO

A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Ideologias.

PONTO 7

DIREITO CIVIL

Do Direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Testamentos: formas. Codicilos. Testamentos especiais. Legados. Direito de acrescer. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento. Testamenteiro. Do inventário e da partilha. Inventário. Sonegados. Pagamento das dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo nos tribunais. Dos recursos: pressupostos e espécies. Liquidação da sentença.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes hediondos (Lei n. 8.072/1990 e alterações). Dos crimes de tortura (Lei n. 9.455/1997 e alterações).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da prova: conceito, objeto e espécies. Do ônus da prova e do livre convencimento. Da busca e apreensão: natureza jurídica, cabimento. Da busca domiciliar e pessoal. Do reconhecimento de pessoas e coisas: procedimento e eficácia probante. Dos documentos. Dos indícios: conceito e eficácia.

DIREITO CONSTITUCIONAL

O Poder Judiciário: a função jurisdicional e administrativa, princípios e autonomia, estrutura, composição, investidura, garantias e responsabilidades. A Justiça Comum Estadual e a Justiça Federal: princípios gerais e competência. Os juizados especiais, a Justiça de Paz e a Justiça Especializada. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Considerações gerais. Os Tribunais de Justiça, os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal: prerrogativas, estrutura e competência.

DIREITO EMPRESARIAL

Dos contratos mercantis. Formação e prova dos contratos comerciais. Da compra e venda mercantil e do fretamento. Da locação comercial, do mandato, da comissão, da distribuição, da franquia, publicidade e propaganda, consórcio, faturização,



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

representação. Do Seguro, transportes e *leasing*. Dos contratos bancários em espécie. Da revisão judicial dos contratos bancários.

DIREITO ELEITORAL

Processo Judicial Eleitoral. Considerações gerais. Feitos tipicamente eleitorais. Legitimidades, competência e ritos. Recursos eleitorais. Consulta eleitoral.

DIREITO AMBIENTAL

Tutela civil do meio ambiente e biodiversidade. Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente. Patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e biodiversidade (Convenção sobre Diversidade Biológica, Medida Provisória n. 2.186-16/2001, Lei n. 11.105/2005, Decreto n. 5.591/2005 e Decreto n. 4.339/2002).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Dos atos administrativos. Atos de império e de gestão. Dos requisitos e da forma dos atos administrativos. Do objeto e da causa dos atos administrativos. Finalidade e mérito dos atos administrativos. Condição, modo e termo dos atos administrativos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Impostos Municipais. Considerações gerais. O IPTU, ISS e o ITBI.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Do Conselho Tutelar (atribuições, competência, escolha dos conselheiros, impedimentos).

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da proteção contratual em matéria de consumo. Princípios que regem a matéria. Os contratos de adesão.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Direito, Comunicação Social e opinião pública.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Métodos para reconhecer a verdade.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Planejamento estratégico.

FILOSOFIA DO DIREITO

O método de interpretação pela lógica do razoável.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA
A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

PONTO 8

DIREITO CIVIL

Dos bens. Das diferentes classes de bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens imóveis. Dos bens móveis. Dos bens fungíveis e consumíveis. Dos bens divisíveis. Dos bens singulares e coletivos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. Da posse. Aquisição. Efeitos. Perda. Direitos reais. Dos direitos do promitente comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Compromisso de compra e venda (Decreto-Lei n. 58/1937 e Decreto n. 3.079/1938). Adjudicação compulsória.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Da liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença. Processo de execução. Das diversas espécies de execução. Embargos do devedor.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Das penas. Das espécies de pena. Da cominação e da aplicação da pena. Dos crimes contra a administração pública. Do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da prisão: conceito, modalidades e procedimento. Da liberdade provisória: aspectos gerais. Da fiança. (excluída parte do ponto.) Dos procedimentos: do processo comum e dos processos especiais. Do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri. Da pronúncia, impronúncia e da absolvição sumária.

DIREITO CONSTITUCIONAL

As funções essenciais da Justiça, o Ministério Público Federal e Estadual (inclusive de Santa Catarina): princípios gerais. As procuradorias. Defensorias públicas e a advocacia pública: conceitos, princípios e considerações gerais. A defesa do Estado e das instituições democráticas: conceitos e princípios gerais. As Forças Armadas, a segurança pública e as milícias estaduais: considerações gerais.

DIREITO EMPRESARIAL

Dos títulos de crédito. Características dos títulos de crédito. Espécies de títulos de crédito e seus aspectos formais. Formas de circulação. Do pagamento. Das obrigações cambiais. Do saque, do aceite, do aval e do endosso. Das ações cambiais e da prescrição. Da ação de regresso. Da intervenção e do protesto. Efeitos.

DIREITO ELEITORAL

Propaganda eleitoral: modalidades. Vedações, permissões e sanções. Debates. Direito de resposta. Fiscalização e controle judicial da propaganda eleitoral.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO AMBIENTAL

Direito de propriedade e meio ambiente: Sistema de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000 e Decreto n. 4.340/2002). Parcelamento e loteamento do solo urbano.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Dos defeitos na estrutura dos atos administrativos. Do desvio de poder. Revogação e anulação dos atos administrativos. Dos atos administrativos nulos, anuláveis, inválidos, ineficazes e imperfeitos. Do exame do ato administrativo pelo poder judiciário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

O processo tributário administrativo. Considerações gerais. Fases e trâmites. Os órgãos de jurisdição administrativa. As cautelares administrativas fiscais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dos Crimes e das Infrações Administrativas cometidos contra Crianças e Adolescentes.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Das cláusulas abusivas. Espécies e efeitos jurídicos.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

O comportamento de partes e testemunhas.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Modernização da gestão.

FILOSOFIA DO DIREITO

Justiça distributiva e corretiva.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Realismo Jurídico.

PONTO 9

DIREITO CIVIL

Da propriedade. Aquisição e perda. Política urbana. Usucapião especial ou Pro Labore (Lei n. 6.969/1981). Usucapião urbano. Dos direitos de vizinhança. Uso anormal da



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

propriedade. Árvores limítrofes. Da passagem forçada. Da passagem de cabos e tubulações. Das águas. Dos limites entre prédios e do direito de tapagem. Do direito de construir.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo cautelar. Medidas cautelares. Procedimentos específicos. Ação popular (Lei n. 4.717/1965). Ação civil pública (Lei n. 7.347/1985) e legislação subsequente.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Dos efeitos da condenação. Da reabilitação. Dos crimes praticados contra a Criança e o Adolescente (Lei n. 8.069/1990). Dos crimes previstos na Lei de Licitações (Lei n. 8.666/1993 e alterações).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tribunal do Júri. Da Acusação e da Instrução Preliminar. Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário, do alistamento dos jurados, do desaforamento, da organização da pauta, do Sorteio e da convocação dos jurados, da função do jurado, da composição do Tribunal do Júri e da formação do Conselho de Sentença, da reunião e das sessões do Tribunal do Júri, da instrução em plenário, dos debates, do questionário e sua votação, da sentença, da ata dos trabalhos e das atribuições do Presidente do Tribunal do Júri.

DIREITO CONSTITUCIONAL

A ordem econômica e financeira: princípios, a função social da propriedade e a intervenção do Estado no domínio econômico. A política urbana, a política agrícola e a reforma agrária: princípios e considerações gerais. O sistema financeiro nacional: princípios e considerações gerais.

DIREITO EMPRESARIAL

Do direito falimentar contemporâneo. Falência, recuperação judicial e extrajudicial. Da recuperação da empresa. Processo falimentar judicial. Sujeito passivo da ação falimentar. Da ação de responsabilidade. Habilitação e verificação dos créditos. Da ação de restituição e da ação revocatória.

DIREITO ELEITORAL

Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral: espécies e interpretação. Penalidades.

DIREITO AMBIENTAL

Tutela administrativa do meio ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981). Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Dos contratos administrativos. Elementos que integram o contrato administrativo. Modalidades de contratos. Do contrato de obra pública. Do contrato de fornecimento. Da licitação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

O Processo Judicial tributário. As ações do contribuinte contra o fisco. O mandado de segurança em matéria tributária. A ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária e a ação de anulatória de débito tributário. A consignação em pagamento de débito tributário. A execução fiscal. Considerações gerais. Cobrança judicial da dívida ativa (Lei n. 6.830/1980). A ação cautelar fiscal.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Da Atuação do Ministério Público e do Advogado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

A defesa do consumidor em juízo. Ações individuais e coletivas. Legitimidade para sua propositura.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Análise sociológica da jurisprudência.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Psiquiatria forense.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Independência do Juiz.

FILOSOFIA DO DIREITO

O Direito Natural, Positivismo Jurídico e Pós-Positivismo.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Políticas Públicas e o papel do juiz.

PONTO 10

DIREITO CIVIL

Alienação fiduciária em garantia (Decreto-Lei n. 911/1969 e Lei n. 9.514/1997). Da propriedade fiduciária. Condomínio e incorporação (Lei n. 4.591/1964). Do condomínio. Do condomínio geral. Do condomínio voluntário. Do condomínio necessário. Do condomínio edilício. Extinção do condomínio. Da propriedade resolúvel. Arrendamento



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

mercantil (*Leasing*). Da superfície. Das servidões. Constituição. Exercício. Extinção. Do usufruto. Do uso. Da habitação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

DIREITO PENAL

Parte Geral. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da execução penal (Leis n. 7.210/1984 e 10.792/2003). Da prevenção e repressão às drogas (Lei n. 6.368/1976, 11.343/2006 e Decreto n. 5.912/2006).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Das nulidades e dos recursos em geral. Dos recursos penais: da apelação, do recurso em sentido estrito, dos embargos de declaração, da revisão criminal, da carta testemunhável. Do *habeas corpus* e seu procedimento. Da legislação extravagante.

DIREITO CONSTITUCIONAL

A ordem social: fundamentos da seguridade social. Os direitos sociais e a Previdência Social: princípios e considerações gerais. A Seguridade Social: conceito e princípios, finalidade, organização e diretrizes que regem a previdência e assistência social. Distinção entre previdência e Assistência Social no Brasil.

DIREITO EMPRESARIAL

Do direito falimentar contemporâneo. Administrador, comitê e assembléia de credores. Do Plano de Recuperação. Da arrecadação. Da classificação dos créditos. Dos contratos da sociedade falida ou em recuperação judicial. Da administração da falência. Da prestação de contas pelo administrador. Dos efeitos jurídicos e da extinção das obrigações na falência.

DIREITO ELEITORAL

Abuso de poder: espécies. Configuração. Controle judicial. Penalidades.

DIREITO AMBIENTAL

Tutela administrativa do meio ambiente. Política Urbana: Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001). Licenciamento ambiental. Infrações e sanções administrativas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Dos servidores públicos. Regime jurídico. Cargos e funções. Direitos e deveres dos servidores. Função e funcionário. O exercício e a posse no cargo. A nomeação, a promoção e o afastamento do servidor público.

DIREITO TRIBUTÁRIO

O ilícito tributário. Considerações gerais. Os crimes contra a ordem tributária.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Da Proteção Judicial dos interesses Individuais, Difusos e Coletivos relativos à Criança e ao Adolescente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Das ações coletivas para defesa dos direitos dos consumidores. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Efeitos da coisa julgada.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Função científica e prática da sociologia jurídica.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Imparcialidade do Juiz.

FILOSOFIA DO DIREITO

Normatividade, interpretação e dogmática jurídica.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Direito e Poder. Teoria jurídica e a teoria política.

Florianópolis, 13 de setembro de 2012.

Desembargador **Sérgio Paladino**
Presidente da Comissão de Concurso